



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –CAMPUS III  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**JAILSON DA SILVA PAULINO**

**SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL: QUALIDADE OU APENAS NÚMEROS?**

**GUARABIRA – PB  
2015**

**JAILSON DA SILVA PAULINO**

**SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL: QUALIDADE OU APENAS NÚMEROS?**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III – Guarabira, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia sob a orientação do professor Ms. José Otávio da Silva.

**GUARABIRA - PB**

**2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P328s Paulino, Jailson da Silva  
Sistema nacional de avaliação no ensino fundamental  
[manuscrito] : qualidade ou apenas números? / Jailson Da Silva  
Paulino. - 2015.  
16 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.  
"Orientação: José Otávio da Silva, Departamento de  
Educação".

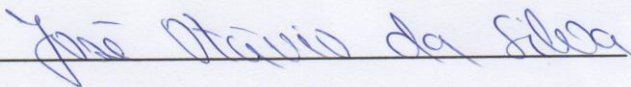
1. Avaliação Sistêmica. 2.IDEB. 3. Educação. I. Título.  
21. ed. CDD 371.27

JAILSON DA SILVA PAULINO

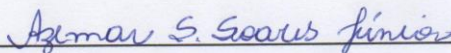
SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL: QUALIDADE OU APENAS NÚMEROS?

Aprovado em: 11 de dezembro de 2015.


BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof.º Ms. José Otávio da Silva  
Orientador



Prof.º Ms. Azemar dos Santos Soares Júnior  
Examinador



Profa. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira  
Examinadora

Dedico aos meus familiares, aos meus  
filhos e aos meus professores, pessoas muito importantes em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar sabedoria para que eu conseguisse realizar esse trabalho, pois sem ele nada seria concluído.

Agradeço em especial minha família, aos meus filhos, professores e aos meus verdadeiros amigos. Aos meus colegas da turma 2011.1, pelos anos que vivenciamos juntos, aprendi muitos com eles, e levarei comigo a lembrança de cada um. Agradeço também ao meu orientador Profº Otávio.

## **Sumário**

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO: BREVE HISTÓRICO .....	10
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS .....	17

# **SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: QUALIDADE OU APENAS NÚMEROS?**

**JAILSON DA SILVA PAULINO<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

Este artigo surgiu a partir das discussões a cerca da Avaliação Sistemática, que aconteceram durante a trajetória no curso de pedagogia da UEPB campus III, desta forma este trabalho apresenta as reflexões relacionadas ao Sistema Nacional de Avaliação brasileiro com enfoque nos anos iniciais do Ensino Fundamental por meio de pesquisa bibliográfica, de sorte que esta pesquisa tem como objetivo trazer para discussão, através de levantamento histórico, aspectos relevantes a exemplo de como esse Sistema de Avaliação foi se consolidando ao longo dos anos até chegar a sua configuração atual e também refletir criticamente sobre Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ( IDEB) a partir da exposição dos resultados exibidos na página do MEC, frente aos critérios adotados para a obtenção do índice. O presente artigo está organizado em quatro tópicos: Introdução, Sistema Nacional de Avaliação: breve histórico, Resultados e discussões e Considerações finais. Portanto, a partir desta análise, chega-se a conclusão de que a nota (IDEB) atribuída pelo governo aos sistemas de ensino e às unidades educativas, não corresponde a real situação na qual a educação básica brasileira se encontra nos anos iniciais.

Palavras-chave: Avaliação Sistemática. IDEB. Educação.

## **1. INTRODUÇÃO**

É de suma importância, não só para professores e estudantes dos cursos de licenciatura, mas para toda comunidade escolar, entender como acontece o monitoramento da qualidade do ensino no país (em especial o ensino público nos anos iniciais do Ensino Fundamental para o qual este artigo é direcionado). Esse nível é examinado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB),

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Pedagogia, da UEPB- Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, da turma 2011.1.



conforme estabelece a portaria Nº 931, de 21 de março de 2005, que tem o objetivo de monitorar toda Educação Básica.

O Sistema Nacional de Avaliação é o mecanismo através do qual o governo se vale para observar o ensino e articular as políticas públicas voltadas para a educação do país, esse instrumento avaliador pretende diagnosticar as condições de ensino e aprendizagem objetivando melhorar a qualidade da educação no Brasil, bem como reduzir as desigualdades existentes. Essas avaliações que partem do governo também são chamadas de avaliações externas, assim denominadas porque são definidas e organizadas por quem não se encontra no interior das escolas, ou seja, parte de fora para dentro dos espaços escolares. Conseqüentemente, passou-se a empregar o termo avaliação interna para designar a avaliação desenvolvida no interior da escola, praticada por professores entre outros profissionais da educação.

Atualmente as avaliações externas partem do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ( INEP) que é um órgão ligado ao MEC, que tem atribuição de avaliar a Educação Básica brasileira através do Sistema de Avaliação da Educação Básica ( SAEB).

O SAEB desdobra-se em Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar ( ANRESC) e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), conforme mostra o esquema exibido na página oficial do INEP na internet.



Desta maneira, de acordo com o INEP, o governo pretende avaliar a Educação Básica nacional e contribuir para melhorar de sua qualidade como também universalizar o acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a

Educação Básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

## **2. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO: BREVE HISTÓRICO**

É preciso lembrar que, no âmbito do Estado brasileiro, o interesse pela avaliação sistêmica para organização do setor educacional já se manifestava nos anos 30;

Art. 152.( CF 1934) Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o Plano nacional de Educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos, bem como a distribuição adequada dos fundos especiais (COSTA, 2002).

Deste modo, vale salientar que na década de 1930 o Sistema Nacional de Avaliação ainda não estava consolidado, mas existia um Conselho criado na forma da lei que apresentava propostas para a educação, como também orientava a distribuição dos recursos, o que implica dizer que os membros desses conselhos não propunham medidas, nem orientava a distribuição dos recursos às escuras ou de forma aleatória, mas tinham formas ( ainda que principiantes) de monitorar e de avaliar o ensino público no país.

Cada equipe que passava pelo conselho, tinha seus pontos de convergências e divergências, entretanto, as discussões em torno de uma avaliação padronizada em larga escala se estenderam até a década de 80 quando as pressões por parte do banco mundial aumentaram no sentido de criar uma gestão da educação pautada na responsabilização dos resultados escolares, o que impeliu o MEC a realizar uma avaliação mais ampla do ensino público.

Sobre esse contexto,

A gestão da educação associa-se aos mecanismos de responsabilização pelos resultados escolares, prática esta, originada nos Estados Unidos, principalmente a partir da década de 1980, que surgiu, como resposta política e administrativa aos fatores socioeconômicos relacionados às pressões para um maior controle sobre o que se ensina e como se ensina nas escolas públicas; uma forma de prestação de contas. ( CÁRIA E OLIVEIRA, 2015)

Essas pressões serviram de base para que em 1988 um projeto piloto fosse executado apenas nos Estados de Paraná e Rio Grande do Norte devido a falta de recursos, se tratava do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º grau ( SAEP ).

Em 1990, o SAEP ressurgiu com o intuito de ser aplicado em todo território nacional, com a proposta de ser amostral e trianual, ou seja, a cada três anos o governo pegaria um grupo de alunos da rede pública de ensino ( 1º grau) para realizar o exame e por aquela amostra traçar um panorama da educação de cada estado e do país como um todo.

Em 1992 as avaliações externas em larga escala passaram para a responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira ( INEP), órgão ligado ao MEC. No ano de 1993, desenvolveu-se o segundo ciclo SAEP, mantendo a perspectiva da fase anterior só que dessa vez o instituto convocou especialistas em gestão escolar, currículo e docência de universidades para verificar o sistema de avaliação e ganhar assim legitimidade acadêmica e reconhecimento social.

Após a aplicação do segundo ciclo SAEP, o Inep fez algumas modificações no Sistema Nacional de Avaliação, desta vez o exame seria realizado a cada dois anos e iria contemplar não só o 1º grau, mas toda a educação básica passando a se chamar Sistema de Avaliação da Educação Básica ( SAEB), com a primeira aplicação prevista já para o ano de 1995.

Junto com essa reformulação veio também o descontentamento acadêmico promovido através da exclusão dos professores universitários que passaram a ter posição subalterna o que trouxe à tona um panorama de centralização de poder de decisão na União no que se refere a avaliação sistêmica no âmbito do Estado brasileiro. Esse fato se confirmou oficialmente em 1996 com nova LDB,

Art.9ºA União incumbir-se-á de: V-coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação; VI- assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; (BRASIL, Lei Nº9.394/96).

Os exames aplicados pelo Saeb continuaram a ser realizados de forma amostral. Em 2005 aconteceu outra mudança, dessa vez o sistema de avaliação se desdobrou em Avaliação Nacional da Educação Básica ( ANEB ), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar ( ANRESC ).

A primeira caracteriza-se por abranger, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação.

Já a segunda também denominada Prova Brasil trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

Atualmente a Prova Brasil é realizada a cada dois anos, de acordo com a Secretaria de Educação Básica, órgão atrelado ao Ministério da Educação, esta

prova avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco na leitura) e em Matemática (foco na resolução de problemas).

A Secretaria de Educação Básica informa ainda, em um material intitulado “ Prova Brasil: Matrizes de referência, tópicos e descritores disponibilizado às escolas públicas de Ensino Fundamental, que a Prova Brasil permite produzir resultados médios de desempenho conforme os estratos amostrais, promover estudos que investiguem a equidade e a eficiência dos sistemas e redes de ensino.

Em 2007, a ANEB e a ANRESC passaram a se articular com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ( IDEB), este por sua vez se estende numa escala que vai de 0 a 10 passando a medir a qualidade da educação básica no Brasil. Em 2013 uma terceira avaliação também passou a integrar o Sistema de Avaliação da Educação Básica, trata-se da Avaliação Nacional da Alfabetização ( ANA) incorporada através da portaria Nº 482 de 7 de junho de 2013 e caracteriza-se, assim como as outras, como uma avaliação censitária, mas que não entra como parâmetro para o cálculo do IDEB.

Também existe a Provinha Brasil, que é aplicada no 2º ano do Ensino Fundamental e tem o objetivo de avaliar o processo de alfabetização dos alunos, trata-se portanto de uma avaliação diagnóstica que visa investigar o desenvolvimento das habilidades relativas à alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa e Matemática, a exemplo da ANA, esse exame não é utilizado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Observe o quadro a seguir:

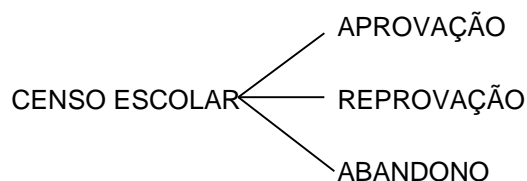
## IDEB - Resultados e Metas Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
<b>Dependência Administrativa</b>										
<b>Estadual</b>	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
<b>Municipal</b>	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
<b>Privada</b>	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
<b>Pública</b>	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8

IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e Projeções para o BRASIL

Neste demonstrativo dos resultados e metas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, exibido na página oficial do INEP na internet, observamos que para 2007 o governo estipulou o IDEB 3,6 para a rede pública de ensino e atingiu 4.0; para 2009 estipulou 4.0 e atingiu 4.4; para 2011 estipulou 4.4 e atingiu 4.7. Desta forma o governo, justifica através de números, que a educação está melhorando e que estamos no caminho certo.

O IDEB das unidades de ensino públicas é calculado através de uma fórmula que leva em consideração o Censo Escolar e o resultado da Prova Brasil (ANRESC). No Censo Escolar são verificadas três taxas: aprovação, reprovação e abandono.



A alta taxa de aprovação influencia para que o IDEB das escolas seja elevado, assim como a alta taxa de reprovação e abandono influenciam para este índice decair, mas o curioso é que existe a política de progressão continuada que acaba se traduzindo em aprovação automática, desta forma o discurso de que não se pode reprovar os alunos, pelo menos nas séries/anos do ciclo de alfabetização 1º

ao 3º ano, toma conta das escolas públicas, conseqüentemente a taxa de aprovação se eleva o que corrobora para o IDEB aumentar fazendo com que a taxa de reprovação torne-se mínima ou inexistente.

Um outro fator que chama a atenção diz respeito a taxa de abandono, uma vez que a frequência dos alunos está atrelada ao programa Bolsa Família, destarte o abandono escolar implica no corte da bolsa. Entende-se por tanto que, as famílias cadastradas nesse programa são de baixa ou nenhuma renda o que implica dizer que cuidadosamente zelarão pela permanência dos indivíduos, que estão sob suas responsabilidades na escola, para que a renda familiar não venha ser comprometida, desta forma é viável dizer mais uma vez que a taxa de abandono será mínima ou inexistente o que corrobora novamente vez para elevação do IDEB.

A nota da Prova Brasil também merece ser analisada em meio aos textos persuasivos organizados e exibidos na página do MEC. Esta prova em que os alunos do 5º e 9º ano são submetidos é realizada apenas com os alunos que estão presentes no dia da aplicação da prova, os ausentes não terão a oportunidade de fazê-la outro dia, o cálculo que entra no IDEB é feito em cima do número de alunos que fizeram o exame.

Como os gestores escolares ficam sabendo com antecedência da data da aplicação da Prova Brasil, esta avaliação deixa brecha para que pessoas preocupadas apenas com a elevação dos números possam se organizar de forma a fazer com que aqueles alunos com deficiência nas competências averiguadas ( leitura, escrita e cálculo), não compareçam no dia do exame. O que pode também influenciar mais uma vez para a elevação do IDEB.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desta análise, conclui-se que a nota (IDEB) atribuída aos sistemas de ensino como também às unidades educativas, pelo governo, não representa a real situação da educação brasileira no âmbito da Educação Básica, fato constatado a

partir da reflexão que levou a construção deste artigo explicitada na secção Resultados e Discussões, onde vimos que a fórmula utilizada para o cálculo está embasada em elementos que conspiram para a elevação deste Índice.

Esta tese de que o IDEB não mede a qualidade da educação brasileira, aqui defendida, pode ser confirmada diante do grande problema que atinge as escolas públicas do país, onde se percebe enormes deficiências nas habilidades de leitura, escrita e cálculo. Pois entende-se que em um índice variante numa escala que vai de 0 a 10, a dicotomia eficiência/ defasagem deveria ser inversamente proporcional à medida que os números se elevam ou decaem, ou seja, se a qualidade do ensino melhora consequentemente os problemas que pairam sobre a educação, no tocante a qualidade, teriam que diminuir e visse versa.

Logo, nessa escala numérica chamada IDEB, não se observa essa relação, pois o índice avança porém o problemas não recuam, fato confirmado na constante chegada de crianças ao 5º e até mesmo 9º ano sem saber lê, escrever e calcular ou com muita deficiência nessas três competências, o que só faz reafirmar a existência de uma aprovação automática com foco apenas nos números, estimulada e abraçada por aqueles que assumiram um compromisso com o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), em detrimento de uma educação efetiva e emancipatória.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. Ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: Ensino Fundamental: Matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; INEP, 2008.

COELHO, Maria Inês de Matos. **Vinte anos de avaliação básica no Brasil: Aprendizagem e desafios**. Rio de Janeiro. 2008.

COSTA, Messias. **Educação nas Constituições do Brasil: Dados e Direções**. Rio de Janeiro. Editora: DP&A. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4ª ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4ª ed.- São Paulo: Atlas, 1992.

CÁRIA, Neide Pena. OLIVEIRA, Sandra Maria da Silva Sales. **Avaliação em larga escala e a gestão da qualidade da educação**. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/1477/1853>>. Acesso em: 20 de outubro de 2015

IDEB. **Resultados e Metas**. Disponível em:<<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam>>. Acesso em: 30 de maio. 2015.

INEP. **Sistema de Avaliação da Educação Básica**. <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>>. Acesso em: 30 maio. 2015.

SILVA. Isabelle Fiorelli. **O Sistema Nacional de Avaliação: características, dispositivos legais e resultados**. São Paulo. 2010. Disponível em:<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1602/1602.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2015.

ANEB E ANRESC. Disponível em : <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>> Acesso em 30 de maio de 2015.